

14/7/1986

Pazzianotto quer fiscalização dos acordos no campo

Preocupado com os últimos incidentes no setor canavieiro em Leme, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, disse ontem aqui em São Paulo que já determinou à Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo que organize um sistema de fiscalização específico para a zona rural, no setor canavieiro. Esse sistema, na verdade já existe — observou Pazzianotto — mas começa a ser ampliado definitivamente para evitar descumprimentos de contratos de trabalhos firmados entre trabalhadores rurais e usineiros.

O ministro Pazzianotto lembrou que, no ano passado, já havia sido criado um grupo de fiscalização tripartite, com representantes do Ministério do Trabalho, dos empregados e empregadores. Ele ressaltou que este sistema funcionou inclusive reduzindo tensões em alguns pontos da região, mas que precisa ser ainda estendido para a área toda e isso dependerá da colaboração ativa dos sindicatos de trabalhadores e patronais.

O ministro do Trabalho revelou ainda que esteve reunido na noite de sábado passado, em Campinas, com 19 trabalhadores setor canavieiro, no Sindicato da Construção Civil. Entre estes trabalhadores estava o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leme e Araraquara. Norival Guadagnin, e seu diretor-tesoureiro, Antônio Tarifa, além de 17 outros integrantes da Comissão de Negociação, Almir Pazzianotto disse que levou a eles uma proposta feita pelo lado patronal de aumentar de Cr\$ 43,68 para Cr\$ 50,00 a diária do colhedor para todo o Estado de São Paulo. Pazzianotto destacou ainda que os patrões decidiram conceder um adiantamento igual aos dias parados e não aplicar punição aos grevistas. Os participantes da reunião levaram as proposta, à apreciação da categoria, em assembléia.

Acordo

O ministro do Trabalho, por volta da 1 hora da madrugada de ontem, voltou a reunir-se com os 19 trabalhadores com os quais jantou. Ele ressaltou que os cortadores de cana decidiram por que irão para o campo hoje para trabalhar, desde que as empresas cumpram as promessas.

"Os trabalhadores deliberaram", disse Pazzianotto, "não realizar piquetes, comparecer ao trabalho e executar suas tarifas à medida que os empresários passem a cumprir a obrigação que lhes cabe por força de contrato coletivo celebrado no dia 25 do mês passado".

O ministro do Trabalho informou também "que o cumprimento desse contrato é o mínimo exigível, pois o trabalhador se dispôs a contribuir cortando a cana, conforme a sua obrigação também contratual; assim, nada mais compreensível que exigir das empresas que façam o mesmo em relação às suas obrigações.

(Página 14)